

A busca da moral – considerações acerca da crítica de romances na imprensa brasileira oitocentista.

Hebe Cristina da Silva.

Instituto de Estudos da Linguagem – Universidade Estadual de Campinas –
(UNICAMP / FAPESP)

hebe_iel@yahoo.com.br, hebe_minas@yahoo.com.br

Resumo. As críticas de romances publicadas em periódicos brasileiros oitocentistas revelaram que um dos principais critérios de avaliação das narrativas era a abordagem do seu conteúdo moralizante. Publicadas num momento em que os escritores brasileiros iniciavam a produção do gênero no país, essas críticas certamente influenciaram suas produções, visto que as narrativas que satisfizessem esse critério tendiam a ser bem avaliadas. Por isso, a abordagem desses textos mostra-se de fundamental importância, pois possibilita que nos aproximemos da noção de romance compartilhada por parte dos intelectuais da época e compreendamos melhor o contexto em que se deu a formação do romance brasileiro.

Palavras-chave. *Romance; Romantismo Brasileiro; Século XIX; Crítica; Imprensa.*

Abstract. The criticisms about novels published in Brazilian periodicals from the nineteenth century revealed that one of the main criteria to evaluate narratives was the approach of its moral content. These criticisms was published in a time that the Brazilian writers began to produce this genre in the country. Because of this fact, surely these criticisms had some influence on their writing as the narratives that satisfied that criterion could have a good evaluation. So, the approach shown in these texts must be considered as having fundamental importance, because it allows us to be next to the notion of novel assumed by the intellectuals of that period of time and to better comprehend the context in which the Brazilian novel was formed.

Keywords. *Novel; Brazilian Romanticism; Nineteen Century; Criticism; Press.*

Durante grande parte do século XIX, a crítica literária brasileira foi exercida basicamente em periódicos. Jornalismo e literatura estavam bastante atrelados e, a partir da década de 1830, alguns intelectuais criaram revistas com intuito de discutir literatura, artes e ciências e fazer com que suas idéias tivessem um alcance maior¹. Assim como as revistas, os jornais diários também cumpriam um importante papel na discussão de idéias relacionadas à literatura e na divulgação de textos de escritores brasileiros.

Em meio aos vários aspectos discutidos pela crítica literária divulgada pela imprensa do período, podemos verificar a presença de textos destinados a abordar o romance, um gênero que começou a ser produzido no Brasil nas primeiras décadas do século XIX², apesar de ser um velho conhecido do público brasileiro, que comprovadamente importava romances estrangeiros desde o século XVIII³.

Ainda que relativamente escassas, as críticas de romances nacionais divulgadas na imprensa brasileira oitocentista mostram-se documentos importantes quando se trata de tentar recuperar o contexto de início da produção do gênero no Brasil. A leitura dos textos localizados até o presente momento indica que a abordagem da moralidade das narrativas foi um dos critérios mais importantes na análise de romances estrangeiros e nacionais na época. Esse enfoque na análise da moral relaciona-se com o processo de ascensão do gênero na Europa, o qual foi marcado por discussões acerca da pertinência da leitura de romances, muitas das quais se centravam na denúncia da imoralidade dos textos como forma de condenar sua leitura e na defesa de seu conteúdo moralizante como estratégia para exaltar o gênero⁴. Como observa Márcia Abreu, podemos dizer que:

O Brasil recebeu não apenas os romances, mas os ecos das polêmicas que tanto animaram os europeus durante o século XVIII. Na Europa a difusão do gênero foi acompanhada de forte polêmica, opondo detratores e defensores da nova forma, brandindo argumentos estéticos, religiosos e morais. Aqui e ali pequenos textos publicados na imprensa brasileira repetiam argumentos empregados nas discussões européias sobre o gênero. (ABREU, 2004, p. 13).

Uma das primeiras críticas de romances divulgadas pela imprensa brasileira após a independência foi o artigo de Pereira da Silva intitulado “Os Romances Modernos e sua Influência”, publicado no *Jornal de Debates* em setembro de 1837. O autor mencionou o gosto que o “belo sexo” nutria pelo romance, o qual era compartilhado também pelos “mancebos e os velhos”, e atribuiu tal predileção às peculiaridades dessa forma literária:

Pelos romances, começam quase todas as literaturas; a infância dos povos é sempre embalada no berço das ficções, e dos jogos da imaginação; e demais, o belo sexo, que desde o começo das sociedades, rigorosamente falando, tem dominado o mundo, e dirigido o gosto, uniram-se mais a esta especialidade da literatura, por representar em mais vasto quadro, que nenhuma composição, os desvarios da vida humana, os sentimentos de nossa alma, os queixumes e gemidos de nossos corações; e na verdade o belo sexo, tão digno de governar os homens por sua própria fraqueza, e pelos dotes da formosura, com que o mimoseou a natureza, tem toda a razão em sentir-se atraído por essa espécie ou gênero de literatura, com que nasce a humanidade, e com que morre. (SILVA, 1837).

O crítico via a expansão do gosto pela leitura de romances como algo positivo, pois considerava que esse gênero representava como nenhum outro a vida e a alma humanas. Assim como alguns entusiastas do romance europeus, Pereira da Silva parecia ver na sua leitura uma forma de conhecer-se mais profundamente os seres humanos, sua alma e seus sentimentos.

No mesmo ano em que Pereira da Silva publicava esse artigo, o Padre Lopes Gama também se pronunciava sobre o romance. A coincidência mostra-se curiosa porque, diferentemente de Pereira da Silva, o religioso mostrou-se um detrator do romance, ecoando muitos dos argumentos contrários ao gênero que povoaram o debate europeu. As queixas de Lopes Gama quanto ao romance referiram-se à inutilidade de sua leitura, principalmente para as mulheres, à corrupção da língua portuguesa como

fruto das traduções dos romances europeus e, enfaticamente, à imoralidade que, ao seu ver, estava presente nessas obras:

Em que se há de entreter esta santinha a noite inteira? Oh, essa é boa! E para que se compuseram as *Mil e uma noites*, os *Mil e um quartos de hora*, as *Adelaides*, o *Menino da selva*, as *Joaninhas*, e tantas novelas, cuja nomenclatura talvez exceda às bibliotecas do Vaticano e do Escorial? Em ler esses bons mestres de moral, na aquisição dessas idéias eróticas entretém-se a menina (muito proveitosamente) até meia-noite, hora da ceia, e daí para a cama. Em que se ocupa esta senhora toda a sua vida? Em nada. Pois não sabe coser, nem bordar, nem remendar? Nada disto: nunca tais grosserias lhe ensinaram. (GAMA, 1837).

O tom irônico denunciava a futilidade das mulheres que, segundo o autor, não aprendiam tarefas necessárias e possivelmente cabíveis ao seu sexo, as quais lhes tornariam aptas para cuidar da casa, pois as julgavam “grosserias”. Tal quadro seria agravado pelo passatempo que as agradava: a leitura das “novelas”, das quais elas absorviam somente “idéias eróticas”. É notável, no trecho, a observação de Lopes Gama a respeito da abundância de romances: a seu ver, os títulos excediam à biblioteca do Vaticano e do Escorial, o que indica a presença marcante de romances no país na década de 1830.

A crença de que um bom romance era aquele que trazia *lições de moral* para os leitores, recorrente nos textos brasileiros que se pronunciaram sobre os romances estrangeiros, esteve presente também nas críticas que se propuseram a analisar as produções nacionais. Esse aspecto pode ser flagrado na primeira crítica de romance brasileiro localizada: o texto que Dutra e Mello escreveu por ocasião da publicação de *A Moreninha*, de Macedo, publicado na *Minerva Brasiliense* em 1844, mesmo ano em que veio a lume a mencionada obra.

Primeiramente, o autor assinalou o grande aumento da publicação de romance, demonstrando não olhar com bons olhos a maior parte das produções. A essa abundância de narrativas corresponderia uma leitura extensiva das obras que Dutra e Mello não aprovava, pois insinuou que as pessoas “devoravam” os livros ao invés de apreciá-los e depois os esqueciam, não tirando qualquer proveito da leitura além da mera distração. Por isso, reconheceu que o público era o grande incentivador da produção do gênero e acusou-o de haver retirado o romance do “berço horaciano”. Essa acusação se deveu ao fato de que, a seu ver, o apelo do público para que se publicassem sempre mais romances levou os escritores a esquecerem de que deveriam agradar e também instruir os leitores:

[O romance] esqueceu-se de que devia fazer a educação do povo, ou pelo menos de que podia aproveitar o seu prestígio para isso. Penetrando na cabana humilde, na recâmara sumptuosa, no leito da indigência, no aposento do fausto, perdeu de vista o fanal que devia guiar-o; deslembrou-se de levar a toda a parte a imagem da virtude, a consolação mitigadora, a esperança e o horror do vício. (DUTRA E MELLO, 1844)⁵.

O autor queixou-se da falta de instruções moralizantes nas narrativas, alegando que o romance, devido ao fato de alcançar um público muito vasto, deveria empenhar-se em educá-lo. Em 1855, outro romance de Macedo foi apreciado pela crítica brasileira: *Vicentina*, que foi abordado anonimamente no terceiro tomo de *O Guanabara*. Assim

como Dutra e Mello, o crítico expôs suas opiniões sobre o gênero antes de analisar o texto de Macedo:

O romance é d'origem moderna; veio substituir as novellas e as historias, que tanto deleitavam a nossos paes. É uma leitura agradável, e diríamos quasi um alimento de fácil digestão proporcionado a estômagos fracos. Por seu intermedio póde-se moralisar e instruir o povo fazendo-lhe chegar a conhecimento de algumas verdades metaphysicas, que aliás escapariam á sua comprehensão. Si o theatro foi justamente chamado a escola dos costumes, o romance é a moral em acção: o romancista tem ainda mais poder do que o dramaturgo; este só falla a alguns centenares de pessoas, cujas posses e occupações lhes permitem de freqüentar os espectaculos, e aquelle dirige-se á numerosa classe dos que sabem lêr. (Bibliographia – Vicentina, 1855, p. 17).

O texto trazia um pequeno *elogio do romance*, apresentando-o como sendo “a moral em ação”, um instrumento eficiente para instruir o povo e aproximá-lo de “verdades metafísicas”. Há um tom de rebaixamento do gênero nas palavras “alimento de fácil digestão proporcionado a estômagos fracos”, mas essa parece ser a peculiaridade que permitia que o romance atingisse toda a “numerosa classe dos que sabem ler”. O autor alertou, porém, para o fato de que nem todos os romances possuíam conteúdo moral e instrutivo e enfatizou a gravidade do erro de escritores que “santifica[vam] o vício” em seus textos e, com isso, transmitiam “idéas funestas” às pessoas simples que liam romances com o objetivo de “instruir-se deleitando-se”.

A abordagem da moral das narrativas manteve-se como critério de análise relevante em várias críticas de romances publicadas pela imprensa brasileira na segunda metade do século. Um exemplo significativo dessa questão está na polêmica travada acerca do romance *Confissões de uma Viúva Moça*, que Machado de Assis começou a publicar anonimamente no *Jornal das Famílias* em março de 1865. No dia 1 de abril de 1865, o *Correio Mercantil*, nas “Publicações a Pedido”, veiculou um texto em que o autor, sob pseudônimo de *Caturra*, alertava os pais de família para o perigo da mencionada narrativa, indicando que o *Jornal das Famílias* estava se afastando de seu programa⁶. No dia seguinte, o *Diário do Rio de Janeiro* divulgou um texto em que “J.” encetou a defesa do mencionado romance, alegando que nele “não [havia] uma só linha em que o vício [fosse] endeusado, ou ainda pintado com côres brilhantes”⁷. No dia primeiro de maio, *O Caturra* respondeu a essas considerações e detalhou suas impressões acerca do caráter imoral da narrativa em questão, que, a seu ver, fora traçada pela mão de um “mestre na especialidade erótica”⁸. Diante desse ataque veemente, Machado de Assis, no dia seguinte, utilizou a seção das “Publicações a Pedido” do *Correio Mercantil* para revelar-se autor do mencionado romance e pedir ao “Sr. Caturra” que aguardasse o final do livro para avaliar sua moralidade. Mas essa estratégia, também utilizada pelos defensores do romance europeus, não foi suficiente para convencer o detrator das *Confissões de Uma Viúva Moça*, que no dia 04 do mesmo mês voltou a pronunciar-se, fazendo com que a polêmica prosseguisse por mais alguns dias.

No fim da década de 1860, localizamos outro romance abordado pelo viés da moralidade: *As Vítimas-Algozes*, de Joaquim Manuel de Macedo, publicado em 1869. O romance possui um forte teor abolicionista, o qual foi assinalado pelo autor logo no prefácio à obra, em que declarou que a escravidão era um “cancro social” que deveria

ser estirpado e que seu intuito era colaborar para que os brasileiros entendessem a urgência da abolição⁹. A obra não agradou o público oitocentista e recebeu várias críticas publicadas na imprensa, sendo considerado por Ubiratan Machado como “o livro mais atacado pela crítica durante o período romântico”¹⁰. O periódico *O Mosquito*, em outubro daquele ano, publicou a seguinte nota acerca da obra: “O Sr. Macedo definiu muito bem o seu trabalho: vítimas são os pobres leitores, e algoz é o escritor desumano, bárbaro que nos sujeita a um tremendo sacrifício!...”¹¹. As críticas centraram-se na imoralidade do romance, como podemos perceber na análise publicada no início de 1870 na *Vida Fluminense*:

Certas descrições são feitas demasiado ao vivo, e há cenas verdadeiramente repugnantes. É levar muito longe a escola realista. O que se narra no capítulo LII do 2o. tomo¹², além de asqueroso, é, por natureza, de ignóbil inverossimilhança. [...] Em resumo: a obra póde aproveitar a homens feitos mas é sobejamente immoral para penetrar no lar domestico. Servirá á causa da abolição; mas coadjuva potentemente a perversão dos costumes. Livros d’esta natureza não se arrojam a plena publicidade: recatam-se com as precauções que a decencia está indicando. (Dr. PANCRÁCIO, 1870).

Deve-se atentar para o fato de que Macedo publicou esse romance num momento em que se discutiam nas várias instâncias políticas a necessidade de encaminhar a chamada “questão servil”: o imperador já havia declarado aos europeus que a abolição era uma “questão de tempo e oportunidade” e o projeto da chamada Lei do Ventre-Livre, aprovada em 1871, já era objeto de discussão¹³. Entretanto, os críticos que se dedicaram à avaliação da obra fizeram vistas grossas para essa questão e se detiveram basicamente na abordagem do seu teor supostamente imoral, circunstância que indica a relevância desse critério na avaliação de narrativas ainda nesse período.

Os textos apresentados permitem perceber a recorrência da abordagem da moral como critério fundamental para a análise de romances empreendida por parte da crítica brasileira até a década de 1870. Com nuances diferentes, ora efetuando comentários acerca do gênero, ora se detendo somente nas obras abordadas, os críticos parecem ter sido guiados pela concepção de que ao romancista cabia *deleitar e instruir* seus leitores através de romances de teor moralizante, que preferencialmente *condenassem o vício e exaltassem a virtude*. Essas preocupações, a nosso ver, podem ser pensadas como ecos da polêmica acerca do gênero travada na Europa setecentista e também como critérios de avaliação suscitados pelos próprios romances modernos importados para o país naquele momento, os quais eram repletos de interferências dos autores com vistas a nobilitar o gênero, ressaltando o caráter moralizante dos textos.

Como mencionamos, muitas das acusações feitas ao romance moderno no momento de sua formação e ascensão estavam ligadas ao argumento de que ele corrompia os leitores com seu conteúdo supostamente imoral. Empenhados em defender o romance, alguns intelectuais apoiaram-se no princípio horaciano do *utile et dulci* como forma de nobilitá-lo, atribuindo-lhe uma função e retirando dele a alcunha de “corruptor dos costumes” e essa estratégia acabou se tornando uma marca do gênero em seus momentos iniciais. Importando os romances escritos sob esse molde, os escritores e leitores brasileiros importaram também esse modo de conceber o romance, sua função e o papel do romancista e, por isso, tomaram a questão moral e o preceito horaciano como principais critérios de julgamento das obras.

Assim como os críticos, alguns romancistas brasileiros que publicaram entre as décadas de 1830 e 1870 pareciam acreditar que um dos caminhos seguros para produzir-se um bom romance era incluir nele passagens e ensinamentos moralizantes. Como vimos na polêmica acerca de *Confissões de Uma Viúva Moça*, Machado de Assis incomodou-se com a acusação de que seu romance trazia elementos licenciosos e pronunciou-se na imprensa para defender a moral presente no texto e garantir sua boa aceitação por parte do público. Outro exemplo bastante significativo desse aspecto são as concepções de romance e da função do romancista que podemos apreender na leitura de paratextos de Teixeira e Sousa¹⁴, um dos primeiros romancistas brasileiros. Em seus prefácios, o autor parecia estar ciente da importância de incluir a moral em seus romances:

O fim porém do romancista é (si o fundo de sua obra é fabuloso) apresentar quase sempre o bello da natureza, deleitar e moralisar. Si nesse fundo ha alguma cousa, ou muito de historico, então melhorar as scenas desagradaveis da natureza, corrigir em parte os defeitos da especie humana; adoçar os mais terriveis traços de horrorosos quadros, tendo sempre por fim deleitar, e moralisar, ainda que instrua pouco, ou nada. (SOUSA, 1848).

Conto-vos, pois, uma história, que me hão contado.

Escrevo para agradar-vos; junto aos meus escritos o quanto posso de moral, para que vos sejam úteis; junto-lhes as belezas da literatura, para que vos deleitem. Não corrijo este meu escrito, porque essa honra vós lhe fareis! (SOUSA, 1977).

O narrador aproveita a ocasião para declarar aos seus leitores, se lhe perguntarem no fim desta história quem é o herói dela, e qual a ação principal, que ele os não quis designar abertamente [...] Não obstante, o leitor judicioso verá que todos os fatos se reúnem afinal na vida de um homem, que todavia não parece ser o principal personagem, ao menos em grande parte desta história: e então no fim dela, ou quase no fim, o leitor notará claramente o alvo que o narrador quis ferir, e a moralidade da sua história. (SOUSA, Antônio Gonçalves Teixeira e. *A Providência*. Apud CANDIDO, 2000, p. 116).

Na concepção da missão do romancista expressa pelo autor no primeiro fragmento, um dos requisitos postulados é o dever de moralizar, aspecto que ecoa nos dois textos seguintes, os quais fornecem pistas ao leitor a respeito da obra que precedem e instigam-no a avaliá-la. A presença da moralidade nos textos é previamente anunciada pelo escritor, parecendo ser uma forma de criar no público uma predisposição positiva em relação a eles. O autor não insistiria tanto nesse ponto se não imaginasse que agradaria ao público, o que indica que ele acreditava que seus contemporâneos esperavam encontrar princípios morais nos bons romances.

Assim, podemos dizer que houve um diálogo entre os parâmetros de avaliação da crítica de romances divulgada na imprensa brasileira entre as décadas de 1830 e 1870 e as narrativas publicadas nesse período, o que nos permite pensar na influência dessas críticas sobre as produções dos nossos primeiros romancistas, visto que foram publicadas num momento em que os brasileiros iniciavam a produção do gênero no país. Nesse sentido, podemos dizer que esses escritores, destituídos de modelos nacionais e movidos pelo intuito de obter êxito em suas produções e corresponder ao gosto do público leitor, certamente levaram em conta as considerações dos críticos que se pronunciaram sobre o romance quando produziram seus textos. Além disso, a leitura

de romances estrangeiros que circulavam no país naquele momento de certa forma reforçava a idéia de que a moral deveria ser um dos elementos centrais de um bom romance. Como mencionamos, muitas das narrativas importadas para o país naquela época haviam sido escritas com o intuito de deleitar e instruir e acabaram fornecendo tanto modelos para os romancistas brasileiros quanto parâmetros de análise para os críticos.

Nesse sentido, a abordagem das críticas de romances publicadas pela imprensa brasileira oitocentista entre as décadas de 1830 e 1870 mostra-se de fundamental importância, pois possibilita que nos aproximemos da noção de romance compartilhada por parte dos intelectuais da época e compreendamos melhor o contexto em que se deu a formação do romance brasileiro.

Notas:

¹ Dentre essas revistas, podemos mencionar a *Revista da Sociedade Filomática* (1833), a *Niterói – Revista Brasiliense de Ciências e Artes* (1836), a *Minerva Brasiliense* (1843-1845), *O Guanabara* (1850-1855), a *Revista Mensal do Ensaio Filosófico Paulistano* (1852-1864), *O Acaiaba* (1852-1853), a *Revista Popular* (1859-1862), entre outras. Cf.: CASTELLO (1963) e COUTINHO (1999).

² Pesquisas recentes permitem situar o início da produção de prosa de ficção na década de 1820: na *Antologia do Romance-Folhetim*, de Tânia Costa Serra, podemos encontrar *Statira e Zoroastes*, narrativa de autoria de Lucas José de Alvarenga publicada pela primeira vez em 1826. A autora menciona, também, *Olaya e Júlio, ou a periquita*, “primeiro conto/romance publicado em revista brasileira, no ano de 1830”. Além desses textos, devemos ter em conta outros romances publicados nas décadas de 1830 e 1840, as obras dos chamados “precursores”. Cf.: SERRA (1997).

³ Não nos parece possível determinar a data exata em que o primeiro romance chegou ao Brasil, mas podemos, seguramente, afirmar que o gênero já era apreciado pelos habitantes da América Portuguesa desde meados do século XVIII, mais precisamente desde de 1769. Essa afirmação se sustenta com base nos dados apresentados pela pesquisa empreendida por Márcia Abreu, que analisou os pedidos de autorização de envio de livros para o Brasil, mais especificamente para o Rio de Janeiro, no período que vai de 1769 a 1826, e verificou a presença constante de romances. Cf. ABREU, 2003, pp. 89-137.

⁴ A respeito das polêmicas em torno do romance na Europa, conferir: ABREU (2003) e VASCONCELOS (2000).

⁵ Foi mantida a grafia original de todos os textos oitocentistas citados.

⁶ “Publicações a Pedido – *Jornal das Famílias*”, por *O Caturra*. In: *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, 1 de abril de 1865. Apud: *Dispersos de Machado de Assis*, 1965, p. 210.

⁷ “Publicações a Pedido – *Jornal das Famílias*”. In: *Diário do Rio de Janeiro*, 2 de abril de 1865. Apud: *Dispersos de Machado de Assis*, p. 210-211.

⁸ “Publicações a Pedido – *Jornal das Famílias*”, por *O Caturra*. In: *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, 1 de maio de 1865. Apud: *Dispersos de Machado de Assis*, p. 211-212.

⁹ MACEDO, 1991, p. 1.

¹⁰ MACHADO, 2001, p. 234.

¹¹ MARVY (1869).

¹² Trata-se de uma cena em que Cândida, a garota ingênua que se deixara seduzir por um estrangeiro por influência de sua mucama, encontra os dois tendo relação sexual no

quarto de um cortiço imundo para onde o amante a levava quando a convenceu a fugir da casa dos pais. Cf.: MACEDO, 1991, p. 153-314.

¹³ Para saber mais detalhes sobre as discussões relativas à escravidão empreendidas por intelectuais brasileiros nesse período, conferir: SILVA (2004).

¹⁴ Antônio Gonçalves Teixeira e Sousa nasceu em Cabo Frio em 28 de março de 1812 e faleceu na cidade do Rio de Janeiro em 1º de dezembro de 1861. Era filho primogênito do comerciante português Manuel Gonçalves e da brasileira Ana Teixeira de Jesus. Em 1822, abandonou os primeiros estudos devido à situação financeira familiar para adotar a profissão de carpinteiro. Em maio de 1825 partiu para o Rio de Janeiro, onde exerceu a profissão por algum tempo, regressando à terra natal após cinco anos. Perdeu toda a família e retomou os estudos. Em 1840 retornou ao Rio de Janeiro, onde se ligou a Paula Brito, vindo a trabalhar na loja deste e a ser colaborador do seu periódico, *A Marmota*. Em 1849, foi nomeado professor público de instrução primária no Engenho Velho, cargo que exerceu até 1855. Nesse ano, solicitou ao ministro de Negócios da Justiça, Nabuco de Araújo, o lugar de escrivão de órfãos em Cabo Frio. O imperador, após ter lido seu memorial, excedeu-lhe o pedido e nomeou-o para o cargo de escrivão da Primeira Vara do Juízo do Comércio do Rio de Janeiro. Assim, obtida certa estabilidade econômica, dedicou-se mais intensamente à literatura.

Obra: 1. Romances: *O Filho do Pescador* (1843), *Tardes de um Pintor ou As Intrigas de um Jesuíta* (1847), *Gonzaga ou A Conjuração de Tiradentes* (1848-1851), *Maria ou A Menina Roubada* (1852), *A Providência* (1854), *As Fatalidades de Dois Jovens* (1856). 2. Poesia: *Cânticos Líricos* (1841-1842), *Os Três Dias de um Noivado* (1844), *A Independência do Brasil* (1847-1855). 3. Teatro: *Cornélia* (1840), *O Cavaleiro Teutônio ou A Freira de Marienburg* (1855). (Fonte: IANNONE, 1973.)

Referências Bibliográficas.

ABREU, Márcia. *Os Caminhos dos Livros*. Campinas, SP: Mercado de Letras, Associação de Leitura do Brasil (ALB); São Paulo: Fapesp, 2003.

_____. Rumos da Ficção no Brasil Oitocentista. In: *Moara – Estudos Literários*. Belém: UFPA, 2004, p. 7-31.

Bibliographia - *Vicentina*, romance do sr. dr. J. M. de Macedo. In: *O Guanabara*, tomo III, 1855, p. 17-20.

CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000. Vol. II.

CASTELLO, José Aderaldo. *Textos que Interessam à História do Romantismo*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, Comissão de Literatura, 1963. “Vol. II – Revistas da época romântica”.

COUTINHO, Afrânio. “A Crítica Literária Romântica”. In: COUTINHO, Afrânio (direção); COUTINHO, Eduardo de Faria (co-direção). *A Literatura no Brasil*. Vol. III – Era Romântica. São Paulo: Global, 1999, 5a. ed. rev. e atual.

Dispersos de Machado de Assis. Coligidos e Anotados por Jean-Michel Massa. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1965.

-
- DUTRA E MELLO, Antonio Francisco. A Moreninha. In: *Minerva Brasiliense*, 1 de outubro de 1844.
- GAMA, Lopes. O Vadiismo. *O Carapuceiro*, 17/06/1837. In: *O Carapuceiro: Crônicas de costumes*. Org. Evaldo Cabral de Mello. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.
- IANNONE, Carlos Alberto. “A Vida de Teixeira e Sousa”. In: SOUSA, Antônio Gonçalves Teixeira e. *As Tardes de um Pintor ou As Intrigas de um Jesuíta*. São Paulo: Editora Três, 1973.
- MACEDO, Joaquim Manuel de. *As Vítimas-Algozes – quadros da escravidão*. São Paulo: Scipione, 1991.
- MACHADO, Ubiratan. *A Vida Literária no Brasil Durante o Romantismo*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.
- MARVY. Editorial. In: *O Mosquito*. Rio de Janeiro, 24 de outubro de 1869.
- PANCRACIO, Dr. Pilulas e Confeitos. In: *Vida Fluminense*. Rio de Janeiro, 8 de janeiro de 1870.
- SERRA, Tânia Rebelo Costa. *Antologia do Romance-folhetim (1839 a 1870)*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.
- SILVA, Hebe Cristina da. *Imagens da Escravidão: uma leitura de escritos políticos e ficcionais de José de Alencar*. 2004. 311 f. Dissertação (Mestrado em História e Teoria Literária. Área de Concentração: Literatura Brasileira) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP.
- SILVA, João Manuel Pereira da. Os Romances Modernos e sua Influência. In: *Jornal de Debates*, 23 de setembro de 1837. Apud: *Matraga* – Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras/UERJ. Ano 10, n. 15. Rio de Janeiro: Editora Caetés, 2003.
- SOUSA, Antônio Gonçalves Teixeira e. *O Filho do Pescador*. São Paulo: Melhoramentos, 1977.
- _____. *Gonzaga ou A Conjuração de Tira-Dentes*. Rio de Janeiro, Typographia de Teixeira & C.^a Rua dos Ourives n.º 21. 1848.
- VASCONCELOS, Sandra Guardini T. *A Formação do Romance Inglês: ensaios teóricos*. Tese de Livre Docência. São Paulo: USP/FFLCH, 2000.